



## PARTE B

### PROVEDORIA DE JUSTIÇA

#### Despacho n.º 11537/2013

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de janeiro, Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de Junho e Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho, e no artigo 4.º, n.ºs 4 e 5 do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo Bernardo Morais Salgueiro Mesquita Abreu, para exercer funções especializadas no meu Gabinete, no âmbito da reestruturação das Tecnologias de Informação.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de 2.998.12€ acrescida dos subsídios de Férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de agosto.

1 de agosto de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

#### Nota Curricular

Bernardo Morais Salgueiro Mesquita de Abreu, natural de Lisboa, nascido a 21 de agosto de 1964. Frequentou o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados na Faculdade de Computação e Informática da Universidade Mackenzie — São Paulo, Brasil.

Iniciou a sua carreira profissional no banco Citibank N. A., onde participou no projeto de adoção de impressoras xerográficas laser de alto débito para o *datacenter* daquela empresa. Foi responsável pela área de gestão documental no Gabinete Técnico de Engenharia, S. A.. Como consultor, participou em projetos de análise e desenvolvimento de soluções à medida sobre variadas plataformas tecnológicas.

Destaca-se, no setor público, a colaboração com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia no Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e no Observatório das Ciências e das Tecnologias (agora MCTES-GPEAR) nos Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1999 e 2001.

Foi responsável técnico das áreas de Business Process Management (BPM) e Service Oriented Architecture (SOA) na empresa Network Centrics Software Portugal, S. A..

Na Provedoria de Justiça, colaborou na 1.ª fase da concretização dos objetivos delineados no programa de Transformação ProveJus 2.0. Já como colaborador de gabinete do Provedor de Justiça, deu continuidade ao programa ProveJus 2.0, com a conclusão da renovação das infraestruturas de TI, renovação do sítio institucional na Internet e o início do projeto de desmaterialização dos processos de queixa.

Participou em vários cursos e seminários de Tecnologias de Informação e é Microsoft Certified Professional.

207214008



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Direção-Geral das Autarquias Locais

#### Declaração (extrato) n.º 185/2013

Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 19 de agosto de 2013, a pedido da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, declarou a utilidade pública urgente da expropriação da parcela a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

Proprietário(s)	Outros interessados	Área (metros quadrados)	Matriz (Freguesia de Raiva)		N.º da descrição do registo predial
			Rústico	Urbano	
Tertuliano Martins Alves .....		102		47	1344

A expropriação destina-se à “Correção e Alargamento de um Largo/Rotunda em Serradelo”.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na Informação

Técnica n.º I-000690-2013, de 9 de agosto de 2013, da Direção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 13.005.13/DMAJ, daquela Direção-Geral.

20 de agosto de 2013. — A Diretora-Geral, *Lucilia Ferra*.

